

PRELO.

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

MAIO - AGOSTO de 2008

8

PRELO.

Edição e propriedade
IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AV. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA
TEL. 21 781 07 00 · FAX 21 781 07 54

Director
CARLOS LEONE

Concepção gráfica
BRANCA VILALLONGA
Revisão
PAULA LOBO

Publicação quadrimestral
E-mail: revista.prelo@incm.pt
Edição: 1015762
ISSN: 0871-0430
Depósito legal: 242 853/06
Tiragem: 800 exemplares
Preço: 6€

5	Editorial
	<i>ENSAIO</i>
7	«COMO SE SABE POUCO, ENSINA-SE MUITO: O HOMEM É UNO E MÚLTIPLO» (EVOCAÇÃO DE JOEL SERRÃO) <i>Carlos Leone</i>
18	SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA E A FILOSOFIA BRASILEIRA <i>Antônio Braz Teixeira</i>
30	REESCRITAS DA HISTÓRIA, CARTOGRAFIAS DA NAÇÃO EM A TORRE DA BARBELA DE RUBEN A. (continuação da Prelo n.º 7) <i>Maria-Benedita Basto</i>
44	A NOÇÃO DE CIÊNCIA E A IDEIA DE PORTUGAL NA OBRA DE FERNANDO OLIVEIRA <i>José Eduardo Franco</i>
	<i>TRADUÇÃO</i>
81	A EDUCAÇÃO DO GÊNERO HUMANO <i>Gotthold Ephraim Lessing</i>
	<i>TEATRO</i>
106	MEMÓRIAS DE PETRÔNIO MALABAR <i>Norberto Ávila</i>
	<i>CRÍTICA</i>
115	AA. VV., TEATRO ROMÂNTICO PORTUGUÊS. O DRAMA HISTÓRICO AA. VV., TEATRO ROMÂNTICO BRASILEIRO <i>Sebastiana Fadda</i>

121	<p>António Braz Teixeira, O ESSENCIAL SOBRE A FILOSOFIA PORTUGUESA (SÉCS. XIX E XX) José Esteves Pereira, O ESSENCIAL SOBRE SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA <i>Carlos Leone</i></p>
123	<p>Henrique Leitão (comissariado científico), Lúcia Martins (coordenação técnica e catalográfica) <i>et al.</i>, SPHAERA MUNDI: A CIÊNCIA NA AULA DA ESFERA <i>Ana Cláudia Vicente</i></p>
126	<p>Alexander von Humboldt, PINTURAS DA NATUREZA. UMA ANTOLOGIA <i>David Silva e Sousa</i></p>
128	<p>Sigmund Freud, O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO <i>Pedro Panarra</i></p>
132	<p>Rudolf von Sebottendorff, ANTES DE HITLER CHEGAR <i>João Tiago Proença</i></p>
134	<p>Steven Bach, LENI. A VIDA E OBRA DE LENI RIEFENSTAHL <i>João Tiago Proença</i></p>
137	<p>Karl-Otto Apel, ÉTICA E RESPONSABILIDADE <i>David Silva e Sousa</i></p>
140	<p>Diogo Pires Aurélio, RAZÃO E VIOLÊNCIA <i>Carlos Leone</i></p>
142	<p>Lothar Müller, DIE ZWEITE STIMME [A SEGUNDA VOZ]. VORTRAGKUNST VON GOETHE BIS KAFKA <i>Pedro Panarra</i></p>

EDITORIAL

À beira de completar o seu terceiro ano consecutivo de publicação, a terceira série da Prelo prolonga a estratégia definida de dar primazia à divulgação crítica da cultura portuguesa menos privilegiada pela imprensa generalista.

Como já foi observado em editorial anterior (vide n.º 7, Abril do corrente ano), as mudanças em curso no panorama editorial em Portugal são apreciáveis e, tanto quanto é possível prever, estão ainda longe de diminuir de intensidade. No âmbito da Prelo, revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a opção seguida consiste em manter o curso traçado e só o alterar em função de um eventual reordenar de prioridades no cumprimento dos estatutos da instituição no que diz respeito à publicação.

Assim, o leitor encontra neste número as habituais secções dos números não temáticos da revista. No ensaio, para lá da necessária evocação de Joel Serrão, publicamos textos de História (por José Eduardo Franco), Filosofia (por António Braz Teixeira), Literatura (por Maria-Benedita Bastos), acompanhados de uma nova tradução de João Tiago Proença, que, depois de ter traduzido Nietzsche no n.º 2 (Agosto de 2006), apresenta agora Lessing e a sua A Educação do Género Humano. E, juntamente com a crítica, continuamos a publicar teatro, portugueses.

Desta forma, e cumprindo com a tarefa cultural que cabe à Prelo, abordamos o próximo número, já temático, dedicado ao (tantas vezes depreciado) «papel dos intelectuais». No ano de mais uma celebração em torno de Eduardo Lourenço, em que se celebra ainda o centenário do nascimento de um dos autores da INCM, Adolfo Casais Monteiro, e o quarto centenário do Padre António Vieira, tão presente no catálogo desta Casa, parece apropriado traçar um panorama mais amplo e significativo do caso português. Até Dezembro.

Lisboa, Verão de 2008.

O DIRECTOR

ENSAIO

«COMO SE SABE POUCO,
ENSINA-SE MUITO:
O HOMEM É UNO E MÚLTIPLO»¹
(EVOCAÇÃO DE JOEL SERRÃO)

CARLOS LEONE

A morte de Joel Serrão (Funchal, 1919-Sesimbra, 2008), a 5 de Março deste ano, não surpreendeu ninguém entre os que se interessam pela história e pela cultura portuguesas.

Tendo há muito tempo (já mais de uma década, cremos) abandonado a vida pública, por força de motivos de saúde, Joel Serrão fazia desde então parte da História de Portugal, para a qual tanto contribuía, na historiografia, no ensino e noutras áreas. Em rigor, ainda durante a sua vida activa ele já a integrava, mas, como é nossa infeliz norma, a vida diminuía ainda a atenção à sua obra. Chorado na altura da despedida, o silêncio em torno da sua vida e legado persistem, contudo, de forma injustificada e quase insólita.

Após a mostra que, imediatamente a seguir ao seu desaparecimento, a Biblioteca Nacional apresentou do trabalho de Joel Serrão, *Prelo* presta aqui uma pequena homenagem póstuma ao intelectual, na expectativa de que outras mais significativas não demorem.



¹ Joel Serrão, *Iniciação ao Filosofar*, Lisboa, Sá da Costa, 1970 (p. 108). Quero agradecer a Ana Cláudia Vicente a leitura que fez deste texto.

Quem concebeu e dirigiu o *Dicionário de História de Portugal* (1963-1971), para mencionar aqui apenas o seu trabalho mais referido e consensual, participa por direito próprio na História do seu país, de imediato e sem reservas. Mas, como é evidente, quer antes, quer depois dessa empresa ainda hoje sem paralelo, o labor de Joel Serrão contribuiu decisivamente não só para a historiografia nacional como ainda para a nossa História: assim com a epistolografia de Pessoa para Côrte-Rodrigues, com que se estreou em livro (1945), e posteriores trabalhos de edição de autores portugueses, de Cesário Verde na década de 1950 às comunidades emigradas e exiladas, já na década de 1970, passando por Sérgio, seu declarado Mestre, na década de 1960. Apesar de os critérios que Joel Serrão usou nos seus trabalhos de organização serem pouco pacíficos (nomeadamente a tendência a quebrar a cronologia em sub-séries, favorecendo organizações temáticas sempre discutíveis e flutuantes), o valor propriamente histórico destes trabalhos é inquestionável, ao devolverem à cultura portuguesa (e não apenas à sua historiografia, por definição votada ao seu estudo) autores e obras negligenciados ou, por vezes, mesmo desprezados.

Pense-se no caso do mundo da emigração portuguesa, tantas vezes relegado para segundo plano quando se fala de Joel Serrão enquanto historiador da cultura. Na sua perspectiva, aliás comum em tantos que partilharam os seus ideais, uma peça fundamental da nossa cultura, em termos históricos, é justamente a emigração. Serrão, e os seus alunos, deram-na na sua complexidade e riqueza nos dois ângulos a que aqui fazemos referência: enquanto experiência histórica e enquanto objecto historiográfico.

No seu *Emigração Portuguesa* (1974, 2.^a ed.) foca a segunda, no volume colectivo que organizou, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa* (Serrão *et alli*, 1976) ilustra bem como essa a historiografia se encontra imbricada com a própria experiência vivencial dos seus autores (algo que veio a ser negligenciado por estes mesmos no «Suplemento» ao *Dicionário da História de Portugal*, duas décadas mais tarde).

Sendo *Emigração Portuguesa* um estudo compreensivo de toda a existência histórica de Portugal, interessa-nos nele não

apenas os dados mas a perspectiva geral que o enforma. Esta, aliás, integra-se na historiografia portuguesa que, desde Herculano, pensa a emigração como um problema social mais do que meramente disciplinar (económico, demográfico ou outro). De acordo com esta tradição historiográfica, a emigração portuguesa é elemento estrutural da sociedade portuguesa. E, como afirma Joel Serrão neste seu estudo do primeiro lustro da década de 1970, desde 1949 «é a subida quase constante, numa espécie de desesperada euforia, suscitada, sobretudo, pela procura de mão-de-obra na Europa transpirenaica, em vias de integração económica» (p. 37). Este estado de coisas representa uma anomalia europeia, pois os países tradicionalmente exportadores de mão-de-obra no século XIX tornaram-se depois de 1945 importadores de trabalhadores, sem que isso sucedesse a Portugal (cf. pp. 54-55).

O problema da emigração é equívoco no seus próprios termos (para uma sùmula da flutuação terminológica, cf. pp. 61-65) mas nem isso impede conclusões e uma avaliação, feita não apenas como estatística mas (partindo desta) também valorativa:

Com efeito, a clandestinidade — toda e qualquer clandestinidade —, considerada em termos sociopsicológicos, afecta também, e pesadamente, isso mesmo que a ela compele e obriga. Opondo-se-lhe ou desrespeitando-a, o clandestino tenta pôr ou põe em causa a ordem jurídico-política da legalidade vigente. Ora, quando num fenómeno da importância nacional da emigração, acontece que, pelo menos, 50% dela se verificam [*sic*] no mais claro desrespeito da lei, de duas uma: ou a lei é inoperante, e necessita, portanto, de ser alterada de acordo com as realidades, ou se quis (ou se foi obrigado a) dizer *Não* a um estado de coisas insuportável. Na verdade, torna-se preciso entender que as largas centenas de milhares de emigrantes clandestinos (380 000 só no período de 1969 a 1973) quiseram (ou foram obrigados a) uma opção que é, em sentido lato, também de natureza política. [P. 65.]

Esta confluência de questões políticas e económicas não é nada de novo. A tese geral de Serrão sobre a emigração portuguesa, já mencionada, depende mesmo dela. Como «se insinua» de forma bastante clara (cf. pp. 111-112), a renitência da Europa do Sul à industrialização no século XIX gerou no século XX fenómenos de emigração específicos (esta renitência, reconheça-se, é questão polémica). Trata-se aqui a emigração como parte da história da modernidade extemporânea da sociedade portuguesa (cf. pp. 113-115), tese em linha com a hipótese de trabalho que desenvolvemos no passado (em trabalho publicado na INCM, *Portugal Extemporâneo*, 2 vols., 2005).

Os dados carreados por Joel Serrão mantêm-se ainda hoje pertinentes, até cada vez mais pertinentes (cf., p. ex., p. 135, sobre o crescimento da importância da emigração no sector terciário). Mas neste momento interessa-nos notar como a sua análise se articula com outras, de natureza sociológica, por si não mencionadas mas que decorreram em simultâneo, caso dos trabalhos de Adérito Sedas Nunes. Ao referir-se à «debandada europeia», que no século XX produz um expatriamento de famílias inteiras, prolongando fenómeno emigratório anterior (para o Brasil), é de um êxodo não apenas rural mas nacional (como afirmava na década de 1960 Sedas Nunes) que Joel Serrão nos fala. Isso mesmo adquire aspectos quantificados ainda mais concretos quando Serrão observa (cf. p. 140) como as diferenças entre zonas com muita e com pouca emigração se vão esbatendo, verificando-se uma «elevação, em todos os distritos, de 1866-1877 a 1960-1965, das respectivas médias anuais de emigração».

A relevância destas análises ultrapassa em muito a caracterização dos contingentes que abandonam o País. O que se revela (cf. pp. 152 e segs.) é o duplo fardo que desde meados do século XX a sociedade portuguesa, a residente, sofre: envelhecimento por quebra de fertilidade e, simultaneamente, pela partida dos elementos mais jovens e activos da população em grande número. Joel Serrão articula a sua análise com estudos de demografia como os de Orlando Ribeiro e salienta a continuidade de fenómenos contemporâneos com os do século XIX (filiando-se declaradamente em Oliveira Martins, cf. pp. 158-159): «a emigração contemporânea portuguesa seria conse-

quência natural do baixo nível de rendimento nacional, efeito, por seu turno, de um lento crescimento económico, do qual são índices seguros a hesitante curva da nossa industrialização e o predomínio no conjunto nacional das actividades agrárias ou primárias, que mobilizam, e mobilizaram, percentagens excessivas da mão-de-obra disponível» (p. 159).

Toda a questão da emigração revolve em torno do problema actual: «Porque a verdade é que, sabemo-lo já, a emigração portuguesa assumiu, neste período, sobretudo a partir dos inícios da década de 60, uma intensidade e uma gravidade sem par em toda a nossa história.» (P. 160.) Seguindo em permanência modelos de desenvolvimento importados, sem conseguir torná-los eficazes em Portugal (cf. pp. 161-162), a economia nacional reflecte bem a estrutura social portuguesa: «Um complexo sistema de estrangulamentos, desde os políticos e culturais até aos de natureza social e económica, cuja destrinça está ainda por fazer-se, dificulta ou impede a mobilidade social interna. Assim, a única 'saída' que se apresenta a muitos, a única forma de promoção pessoal ou familiar que se descortina passa, necessariamente, pelos caminhos da emigração.» (P. 162.) Estrangulamentos antigos, estruturais, agravados na conjuntura do estertor do Estado Novo, não se devem confundir com crises (justas as críticas a autores conservadores, A. de Amorim Girão e Pedro Soares Martinez, cf. pp. 163-164). Em linha, portanto, com o que pensaram os seus antecessores (Sérgio), coetâneos (Sedas Nunes, Orlando Ribeiro) e até autores posteriores (que influenciou decisivamente), a abordagem diacrónica de Joel Serrão permanece estruturante de uma compreensão não apenas da emigração em sentido estrito, mas também em sentido lato (incluindo exílio, etc.) e, em rigor, da sociedade portuguesa ao longo da sua formação e evolução, particularmente após a Restauração. Não por acaso, escolheu acentuar «o facto de a emigração representar no conjunto estrutural português uma espécie de válvula de segurança, que ou funciona por si ou pela intervenção mais ou menos hábil daqueles que detêm as alavancas do Poder político» (p. 171).

Eis uma actualidade de que o historiador decerto abriria mão, patriota que também era, desde logo pelo seu *munus*.

Se a relevância na História de Portugal lhe está garantida pela sua acção (que, institucionalmente, se exerceu de forma igualmente relevante enquanto membro da Administração da Fundação Calouste Gulbenkian), mais nítida é ainda a sua centralidade na historiografia portuguesa contemporânea. A par de Oliveira Marques, já desaparecido mas exemplarmente evocado pela Biblioteca Nacional, de que foi Director, e de Vitorino Magalhães Godinho, não só entre nós como, além disso, mais activo que muitos, Joel Serrão formou o triunvirato dos grandes historiadores do século xx português (embora os próprios decerto contestassem a omissão neste panteão de Jaime Cortesão...). Pela sua acção que já qualificámos como propriamente histórica, pelo feito colectivo que representou o *Dicionário* que dirigiu, e pelos seus numerosos trabalhos, nem poderia ser de outro modo. Não espanta, assim, que tenha sido juntamente com Oliveira Marques o responsável por uma das mais actuais e lúcidas sínteses da nossa História, ainda incompleta e já órfã dos seus dois mentores (*Nova História de Portugal*). Convirá notar um ponto, a explorar já no próximo número da *Prelo*: os três foram não só intelectuais de eleição mas cidadãos empenhados e nenhum se refugiou em qualquer especialização, temática, cronológica ou outra, que o privasse de uma visão completa e integrada da História (nacional e universal) — o que não impediu, antes auxiliou, a que todos tivessem trabalhos especializados em número suficiente para serem «autoridades» cada um em sua área.

A obra do historiador Joel Serrão é um caso exemplar da proficiência das ciências sociais e humanas quando estas se não reduzem às *buzzwords* (e *boohwords*) do momento. Desde a história local que lhe era familiar (*Temas Históricos Madeirenses*, de 1982), passando pela história intelectual (dedicando numerosos trabalhos a autores tão complexos como Sampaio Bruno ou Antero de Quental), não se centrando exclusivamente no contemporâneo mas percorrendo o passado nacional, desde o imediato (*Temas Oitocentistas* e *Para a História do Século XIX Portugueses*, ambos da década de 1950) até a períodos remotos (*O Carácter Social da Revolução de 1383*, 1946), sem-

pre com o esforço por articular de forma inteligível momentos e processos históricos que a historiografia muitas vezes isolava nos seus diversos ramos especializados (o caso porventura mais nítido disto será *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, 1969). Os numerosos investigadores que formou, contudo, pertencem já a uma outra geração historiográfica e, salvo raras excepções, percorrerão trilhos bem mais estreitos, desde logo pela pressão profissional. É, portanto, de uma despedida a um certo tipo de historiografia que, ao menos simbolicamente, se trata na morte de Joel Serrão.



Já em 1952, ao responder a um inquérito de Eduardo Lourenço na revista *Bicórnio* (dirigida por José-Augusto França), Joel Serrão revelava de forma límpida essa atitude pessoal e profissional, essa vocação, que com ele morre também um pouco mais.

Como escreve França no texto de abertura do volume:

A Eduardo Lourenço de Faria pedi que organizasse um inquérito sobre o problema da Cultura em Portugal, cujo interesse, qualquer que tivesse sido o resultado alcançado, é obviamente actualíssimo, por causa de tudo e de todos. [Página não numerada, «Introdução à leitura».]

Esta assumpção de paternidade não diminui em nada o trabalho de Lourenço. Apesar de ser um inquérito não científico, na verdade apenas um pequeno questionário enviado a «personalidades» da cultura, as respostas que recebe tornam-no relevante, pois nelas vemos autores «estrangeirados» já aqui referidos a confrontar-se com o seu objecto de eleição, a cultura portuguesa².

² Note-se que o inquérito foi feito a um conjunto de autores diversificado, e que aqui nos centramos em apenas alguns dos responden-